

Vítor Matias Ferreira et al., **Lisboa, a Metrópole e o Rio**, Lisboa, Editorial Bizâncio, Lisboa 1997.

Vítor Matias Ferreira e Francisco Indovina (orgs.) et al., **A Cidade da Expo 98**, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.

1. Com importantes estudos publicados sobre Lisboa<sup>1</sup>, Vítor Matias Ferreira, acompanhado por uma equipa reunida à volta do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, empreende nestas duas obras, que se completam uma à outra, o trabalho de analisar, aplicada à capital e à sua área metropolitana, uma problemática que está na ordem do dia no urbanismo internacional: a reconversão das frentes de água das cidades, sejam fluviais ou marítimas, proporcionada pela transferência ou pelo emagrecimento das instalações portuárias herdadas da industrialização e da colonização. São casos emblemáticos deste processo as *docklands*, de Londres e, mais perto de nós, Barcelona, neste caso mercê de uma outra circunstância, aliada muitas vezes à precedente, e que consiste em aproveitar eventos excepcionais e temporários para intervenções profundas de reconversão urbana não previstas na rotina do planeamento e frequentemente à revelia deste.

Juntas ou separadas, estas duas motivações têm sido ocasião para

---

<sup>1</sup> Vítor Matias, Ferreira, *Lisboa, de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Publicações D. Quixote, Lisboa 1987.

numerosas operações de saneamento, reconversão, renovação, reabilitação ou requalificação urbana em muitas cidades por todo o orbe. Entre nós, também o programa POLIS contempla em elevada percentagem intervenções profundas em frentes de água e o campeonato europeu de 2004 foi já proclamado como oportunidade para, à boleia da construção ou renovação de estádios, proporcionar condições para operações de grande porte nas cidades contempladas.

2. Na primeira das obras citadas, que se baseia num projecto de pesquisa desenvolvido entre 1995 e 1997 pelo CET do ISCTE, a equipa de VMF, socorrendo-se de uma vasta bibliografia e do cruzamento de numerosos dados estatísticos, estuda a problemática das frentes de água aplicada à realidade prospectiva de Lisboa e da AML do ponto de vista da competitividade entre cidades no quadro da globalização. São especialmente interessantes e ricos de informação os aspectos relacionados com a dinâmica sócio-demográfica e a emergência de uma nova economia urbana na metrópole de Lisboa, a reestruturação portuária iniciada com o desastrado POZOR e a redescoberta do rio pela cidade e as frentes ribeirinhas no contexto da competitividade da AML. No final do volume é descrita numa nota a metodologia utilizada na investigação.

E é ainda nesta primeira das obras em apreço que algumas páginas são dedicadas ao Plano de Urbanização da Zona de Intervenção (PUZI) da Expo 98 numa altura em

que o processo de construção respectivo estava já em pleno desenvolvimento e em que o trabalho do Observatório, de que se falará adiante, estava já a decorrer. Mas uma atitude de franco cepticismo perante a operação urbana da Expo já se revelava através do próprio título do capítulo, «A Expo 98: um plano urbanístico exemplar?».

3. Efectivamente, é em «A cidade da Expo 98», que inclui contributos de vários estudiosos e de agentes do próprio processo, que essa atitude céptica acerca da intervenção urbana da Expo ganha uma forma e uma dimensão altamente controversas. Porque se trata de apurar se o respectivo projecto urbano constitui um fracasso irremediável, provocado pelo «famigerado custo zero», a que se atribui a natureza de «pecado original», ou se, pelo contrário, esse mesmo projecto pode constituir um espaço de referência capaz de despoletar um gradual processo de requalificação urbana, abrangendo toda a zona oriental da cidade e da própria AML. Ou, segundo a expressão frequentemente utilizada no livro, se se tratou de uma mera operação «de reconversão urbanística, no que isso pressupõe de uma simples (ainda que importante) mudança nas funções urbanas e nos respectivos usos sociais», limitada à zona de intervenção, ou se estamos perante uma verdadeira operação de «requalificação urbana» da zona oriental. Ou, dito de uma forma mais vulgar, aliás também utili-

zada no texto: se o espaço da zona de intervenção não virá a ser uma ilha de luxo ou de excelência rodeada por um oceano de miséria e degradação.

É a resposta a esta questão fulcral que está presente na III parte do volume, onde nos é dada conta das conclusões, parece que provisórias, de um inédito e meritório projecto de investigação lançado em 1994 com o título «A Expo 98: observar enquanto se realiza», resultante de uma parceria entre o já referido CET do ISCTE e o Instituto de Arquitectura de Veneza. E essa resposta, que tudo aparenta basear-se nos resultados do «Observatório», diz-se nas conclusões, «só pode ser negativa».

A argumentação cerrada desenvolvida em «A cidade da Expo» para fundamentar tal juízo não é, no entanto, convincente. Desde logo, porque não fica clara a ligação entre os resultados da investigação que foi feita e as conclusões enunciadas. Além disso, a forma inflamada como o autor atira os seus argumentos condenatórios é por si mesma um sintoma de que uma ponderação serena e objectiva dos prós e dos contras parece estar ausente das asserções feitas. Neste sentido, o que parece ser exigido por VMF e pela sua equipa é que, no curtíssimo prazo em que foi possível pôr de pé a Expo e construir os seus acessos e uma boa parte dos edificios destinados a serviços, equipamentos e habitação, o que só por si constituiu um feito notável, se deveriam igualmen-

te ter dado passos visíveis na requalificação urbana de toda a área envolvente. De facto, se isto não aconteceu, nem sequer poderia ter acontecido naquele espaço de tempo. Esta postura maximalista é bem ilustrada na forma como Manuel Villaverde Cabral coloca a questão num dos artigos insertos na obra: «se o megaprojecto da Expo 98 *deu* efectivamente lugar, como foi prometido pelos seus responsáveis políticos e executivos, *a uma plena* requalificação urbana da zona oriental de Lisboa e à sua integração nos espaços envolventes da cidade e da metrópole ou se a operação *se limitou* a recuperar a área ocupada pela Exposição?» (itálicos nossos).

4. Efectivamente, um juízo tão peremptório acerca da questão fulcral colocada pela operação urbana da Expo só poderia encontrar justificação na óptica de um processo de planeamento altamente voluntarista e autoritário que dispusesse de recursos humanos, administrativos e materiais quase ilimitados e com execução a curtíssimo prazo. Ora, o que foi conseguido e o que, como provam algumas obras já em curso, se espera vir a acontecer não é nada disso: a zona de intervenção constitui, isso sim, um pólo despoletador e indutor de qualidade e de iniciativa capaz de, a prazo, contagiar toda a zona oriental da cidade e da AML num processo gradual de reabilitação urbana, o qual terá de contar sobretudo com o investimento privado, sem dispensar, no entanto, uma certa

dose de intervenção e de financiamento públicos.

É isso que já começou a acontecer, como anota Nuno Portas num dos textos inseridos no volume, com a construção do centro terciário de Chelas, factor imprescindível para a reabilitação desse bairro monoclassista e nunca concluído e que talvez não fosse possível sem a Expo. Porque até o recente Centro Comercial de Olivais Sul, durante décadas adiado, só despertou o interesse dos investidores depois de anunciada a realização da Expo na zona oriental, como foi na altura publicamente divulgado. E que dizer do grande empreendimento imobiliário com projecto de Renzo Piano à beira-rio, no coração de uma zona industrial obsoleta, em Braço de Prata, no caminho do Oriente?

É claro que este processo de osmose implica a valorização fundiária da área envolvente. E dessa valorização decorre a subida dos preços de venda dos edificios. E, se aumentam os preços, as casas só serão acessíveis a estratos sociais de rendimentos mais elevados. Mas haverá outra forma, no quadro do sistema económico vigente, de empreender um processo de requalificação urbana à escala de toda a zona oriental sem recorrer aos mecanismos do mercado? E não será com a atracção de estratos mais solventes que se podem equilibrar socialmente os tais bairros monoclassistas, como o são Marvila, Chelas ou mesmo Sacavém?

Mas há outra questão, relacionada aliás com a anterior, que também passa ao lado da argumentação de-

envolvida: a importância da criação de uma nova centralidade e de espaços de representação e recreio na zona oriental, criando o já referido pólo de atracção e qualidade e restabelecendo, com Belém, a simetria ocidente/oriente perdida por Lisboa.

Mas, se a crítica repetida por VMF e pela equipa do CET de que a zona da Expo está de costas voltadas para a cidade não encontra fundamento cabal numa visão prospectiva do processo no que se refere à envolvente mediata no seu conjunto, há que distinguir uma situação particular: a dos bairros que lhe são contíguos, mas separados da zona de intervenção pela fortíssima barreira constituída pela linha ferroviária: Casal dos Machados, Moscavide e Sacavém. Efectivamente, se as ligações à zona oriental da cidade e da área metropolitana ficaram desde já asseguradas pelas linhas do metro e de comboio e por frequentes corredores rodoviários, a ausência de permeabilidade com aqueles bairros é chocante, exigindo a construção de ligações pedonais, algumas aliás previstas no Plano de Urbanização, mas ainda não concretizadas. Neste caso existe por enquanto uma gritante situação de «costas voltadas». E o erro da atitude hipercrítica relativamente ao projecto urbano da Expo está em confundir-se a parte com o todo — isto é, a relação descuidada com a proximidade imediata com aquela que decisivamente importa e que respeita ao conjunto da envolvente.

5. Resta dizer que as obras em referência inserem uma quantidade considerável de informação relacionada com as problemáticas abordadas. Neste aspecto, destaque para a tábua cronológica elaborada por Alexandra Castro e Joana Lucas, que permite ao leitor acompanhar com todo o pormenor o andamento do processo relativo à Expo 98 desde 1989 até à inauguração do certame.

Porque, quanto à resposta a dar à pergunta fulcral que «A cidade da Expo 98» coloca, o que se pode aconselhar aos mais cépticos é aquilo que Luís Wemans, o autor de um capítulo consagrado à avaliação económica e aos custos sociais da Expo, assinala: «Só a longo prazo, com o fecho da operação financeira no ano de 2009, se poderá ponderar se a intensidade do impacto que a Expo teve na requalificação da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana foi correspondente ao custo económico subjacente a esta operação e ao défice registado».

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

*Miguel Urbano Rodrigues, Nómadas e Sedentários na Ásia Central. Continuidade e Descontinuidade no Processo Civilizatório*, Campo de Letras, Porto, 1999, 435 páginas, ilustrações.

Que razões poderão ter levado um português com uma longuíssima 1121